

**OCUPAÇÃO.** Reitoria cobra da Polícia Militar providências para garantir segurança no campus do Sertão

# Alunos da Ufal denunciam ameaças

Conforme relatos, desconhecidos filmavam a movimentação dos estudantes e arrancavam faixas e cartazes com o motivo da ocupação

**THIAGO GOMES**  
REPÓRTER

A Reitoria da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) encaminhou ofício ao comando da Polícia Militar (PM) de Alagoas e ao 9º Batalhão de Po-

lícia Militar (BPM) cobrando providências da corporação diante de ameaças acompanhadas de xingamentos direcionadas a estudantes que ocupam o campus da instituição em Delmiro Gouveia.

Em nota encaminhada

à imprensa, ontem, a Ufal detalha que o grupo de alunos está tenso desde que pessoas não identificadas, algumas até encapuzadas e outra armada, apareceram na porta do prédio e agiram com intimidação. Os desconhecidos filmavam a movimentação dos estudantes e arrancavam faixas e cartazes contendo mensagens do motivo da ocupação.

De acordo com a universidade, alunos chegaram a

receber telefonemas anônimos, na madrugada do último domingo, contendo ameaças de violência física e marcando um provável confronto.

Depois de uma série de acontecimentos, os estudantes prepararam um documento e formalizaram denúncia à Reitoria contendo os relatos. O vice-reitor José Vieira, que está no exercício da Reitoria, esteve às pressas no campus Sertão para ver de per-

to da situação do aluno. Ele ouviu as narrativas e elaborou ofícios direcionados à Polícia Militar para que o caso seja acompanhado de perto e não seja negligenciado.

“A Gestão da Ufal repudia qualquer ameaça à segurança e à integridade física dos estudantes, reafirma o respeito à autonomia do movimento estudantil e à decisão expressa na Moção do Conselho Universitário Contrária à PEC

241/55 de ‘posicionar-se contrário a qualquer ação coercitiva sobre os movimentos reivindicatórios estudantis e dos Técnicos-Administrativos que ora se desenvolvem nas instituições públicas de ensino’”, diz trecho da nota.

A assessoria da PM informou que o caso foi encaminhado à corregedoria, já que os estudantes alegam que algumas das ameaças feitas partiam de policiais ainda não identificados.

## Defensoria pede desocupação de escolas

**ANA CAVALCANTE**  
REPÓRTER

**Arapiraca** – Uma ação civil pública, ingressada pelos defensores públicos Marcos Antônio Silva Freire e Gustavo Barbosa Giudicelli, da Defensoria Pública do Estado, pede a desocupação de três escolas estaduais de Arapiraca. A ação foi assinada ontem, mas já havia sido solicitada, na semana passada, por um grupo de alunos, contrário às ocupações nas escolas públicas, que procurou o órgão para auxiliar nas negociações e garantir o retorno das aulas, assegurando que a ocupação não respeitou a decisão da maioria.

Os defensores atuam em face do Estado de Alagoas e dos estudantes ocupantes das escolas estaduais Isaura Antônia de

Lisboa, Lions Club e Senador Rui Palmeira (Premem). Na ação, é pedida a desocupação das escolas ocupadas no Município, de modo a garantir o retorno das aulas e das demais atividades escolares. Antes de chegar a essa decisão, os defensores realizaram uma audiência com gestores das escolas, alunos contrários ao movimento e representantes do movimento de ocupação, contrários à Proposta de Emenda à Constituição (PC) 55, a Reforma do Ensino Médio e ao projeto Escola Livre.

A partir da exposição das partes, na audiência da semana passada, os defensores mediaram o conflito e solicitaram aos estudantes do movimento da ocupação para liberar o funcionamento da direção e o retorno das aulas. O

grupo presente explicou que poderia tomar essa decisão, somente em assembleia, com os demais estudantes que ficaram na escola. Então, ficou acertado que encaminhariam uma resposta à Defensoria Pública, no início da semana.

Mas, como nenhuma resposta foi enviada, segundo informações da Assessoria de Comunicação dos Defensores Públicos de Alagoas (Ascom/DPE-AL), os defensores interpretaram que não houve interesse expresso pelos ocupantes para o retorno das atividades das escolas. Sendo assim, diante do impasse, a Defensoria ingressou ação pleiteando o fim da ocupação.

“Vale frisar que a Defensoria Pública não é contrária à manifestação dos estudantes do movimento de ocupação, e nem pretende

entrar no mérito das reivindicações políticas desses estudantes. A ação visa apenas proteger o direito à educação daqueles alunos que estão sendo prejudicados pela interrupção das atividades escolares, colocando em risco, inclusive, o cumprimento do calendário escolar”, disse o defensor Gustavo Giudicelli.

Ele ainda explica que o pedido, expresso na ação civil pública, ressalta que o cumprimento da medida deve ser executado com as cautelas devidas, com utilização de força policial, se necessário, com acompanhamento dos Conselheiros Tutelares locais e da própria Defensoria Pública do Estado e dos Diretores das respectivas escolas, além da identificação dos alunos e terceiros ocupantes das escolas.

Pede, ainda, a deter-



Ação civil pública foi ingressada após audiência com todas as partes

minação de que o Estado providencie o retorno imediato das aulas e das demais atividades escolares, bem como para que não ocorram novas paralisações, garantindo-se o cumprimento do calendário escolar.

Giudicelli enfatiza que, agora, a definição pela desocupação ou não, depende de uma decisão judicial, de responsabilidade do juiz Giovanni Alfredo Jatubá, da 4ª Vara Cível de Arapiraca. E deve sair ain-

da esta semana.

O juiz é o mesmo que determinou a reintegração da Escola Estadual Manoel Lúcio, em Arapiraca, sob pena de prisão em caso de desobediência. Naquela oportunidade, a associação que representa os estudantes a favor das ocupações recorreu, mas o desembargador João Luiz Azevedo Lessa, presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, manteve a liminar, autorizando a retirada dos manifestantes.

ANA CAVALCANTE